

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### CARTA CONVITE Nº 006/2023

#### EDITAL Nº 010/2023

A Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, sediada na Av. Alberto Torres n° 334, Campos dos Goytacazes/RJ, torna público que na data, horário e local abaixo epigrafado, realizará licitação na modalidade CONVITE, **tipo e com critério de julgamento menor preço unitário**, e sob o regime de execução "empreitada por preço unitário", conforme o art. 10 da Lei nº 8.666/93. Ressalta-se que procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, à Lei Complementar nº 123/2006, à legislação correlata, bem como às demais exigências previstas neste Convite e seus Anexos.

#### DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 25 de abril de 2023

**HORÁRIO**: 10:00 (10 horas – horário de Brasília)

ENDEREÇO: Sala do Setor de Licitação da CMCG, 1º andar, sediada na Av. Alberto Torres,

nº 334, Centro, CEP: 28000-100.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em locação, montagem, instalação, operação e desmontagem de sistema de sonorização de pequeno porte, para a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, a prestação de serviços inclui mão de obra, materiais e a utilização de equipamentos necessários e adequados à manutenção e à execução dos serviços.

#### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão descritas no Termo de Referência.

#### 3. DO LOCAL DA EXECUÇÃO

- 3.1. O licitante vencedor desta licitação executará os serviços nas dependências da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes e na Escola de Gestão do Legislativo EMUGLE.
- 3.2. Em caso de complexidade no trabalho e para evitar o comprometimento dos serviços administrativos, o contratante poderá solicitar que o trabalho seja realizado aos fins de semana, nesta hipótese, deverá requerer por escrito, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, à autoridade competente e informar a relação dos empregados que desempenharão a tarefa a fim de que seja providenciada a autorização de entrada e permanência.

#### 4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 4.1. O prazo previsto para prestação de serviços será de 12(doze) meses, nos termos do artigo 57 da Lei n° 8.666/1993;
- 4.2. O prazo começará a fluir a partir da publicação no Diário Oficial do Município.

#### 5. DO VALOR

5.1. O valor estimado para a execução do objeto é de R\$ 155.902,35 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e dois reais e trinta e cinco centavos).

#### 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da CMCG deste exercício: Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P. T. 1.01.122.0095.2724.0000 e pela Natureza de Despesa N.D 339039.



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. A CMCG realizará o pagamento à contratada, desde que obedecidas às formalidades legais e contratuais;
- 7.2. A contrapartida da contratante é assegurada pelo empenho (autorização orçamentária para o gasto) que após a liquidação gera autorização para pagar (ordem de pagamento) de acordo com o valor do contrato:
- 7.3. Para receber o pagamento, a contratada tem que apresentar faturas, assim como outros documentos pertinentes à realização do serviço até o 5° (quinto) dia útil do mês em que houver a entrega o objeto do edital no Setor de Aquisições;
- 7.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, CNPJ N°. 30.407.977/0001-99.
- 7.5. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação do documento fiscal, que deverá receber devido atesto do(s) agente(s) fiscalizador(es) da contratante.

## 8. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

- 8.1. A licitante deverá entregar à Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) os documentos de habilitação e a proposta comercial em envelopes separados e lacrados, identificados com a razão social e endereço, da seguinte forma:
- 8.2. No envelope contendo a documentação:

#### ENVELOPE "A" "DOCUMENTAÇÃO" CONVITE Nº 06/2023

8.3. No envelope contendo a proposta comercial:

## ENVELOPE "B" "PROPOSTA COMERCIAL" CONVITE Nº 06/2023

8.4. Os dois envelopes deverão estar endereçados da seguinte maneira:

#### À CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES AV. ALBERTO TORRES, Nº. 334, CENTRO, CEP 28.035-582 A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - C.P.L.

#### 9. DO CREDENCIAMENTO

- 9.1. No dia da sessão, para o credenciamento, deverão ser fornecidos os seguintes documentos:
- 9.1.1. Tratando-se de representante legal ou administrador de sociedade comercial, o ato constitutivo consolidado, estatuto social ou contrato social em vigor (a depender do tipo societário), assim como as alterações (consolidadas) e a ata de eleição da diretoria, se houver, ou, ainda, outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações compatíveis com o presente edital;
- 9.1.2. No caso de empresário individual, o registro comercial vigente;
- 9.1.3. Em se tratando de Micro Empreendedor Individual MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual CCMEI;
- 9.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento;

Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 9.1.5. Tratando-se de procurador (representante), o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para negociar e desistir de interposição de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento; **ANEXO III**
- 9.2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto, original e cópia;
- 9.3. Cada empresa poderá nomear apenas 01(um) representante legal, ao passo em que este, somente poderá ser credenciado para representar uma empresa credenciada;
- 9.4. As empresas que se enquadrarem como microempresas ou empresas de pequeno porte conforme o art. 3º e incisos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar a seguinte documentação juntamente com o credenciamento:
- 9.4.1. Em se tratando de microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial, ou outro órgão equivalente, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, ou ainda, a Declaração prevista no **ANEXO V**;
- 9.4.2. Em se tratando de MEI Micro Empreendedor Individual, a comprovação desta condição será efetuada mediante certificado da condição de Micro Empreendedor Individual CCMEI;
- 9.5. A CMCG não disponibilizará cópia de nenhum documento, ficando assim o licitante responsável pelas mesmas, se for o caso;
- 9.6. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados à Presidente da CPL, no momento da licitação, <u>em separado</u> dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação, não sendo admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos;
- 9.7. As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer reconsiderações de atos e decisões formais da Presidente da CPL;
- 9.8. O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá se ausentar do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa da Presidente da CPL, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

#### 10. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

10.1. A proponente deverá incluir no envelope "A" os seguintes documentos:

#### 10.2. Habilitação Jurídica

- 10.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 10.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 10.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 10.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 10.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 10.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal referente à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 10.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), que abranja contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991;
- 10.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- 10.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 10.3.6. Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- 10.3.7. Certidão Positiva com efeito de Negativa, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional, no caso do crédito tributário se encontrar com sua exigibilidade suspensa;
- 10.3.8. Certidões negativas da Dívida Ativa, no caso em que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal fizerem referência de que não atestam a regularidade da licitante; prova de regularidade com a Dívida Ativa emitida pela Procuradoria Geral do Estado, no caso em que a sociedade empresária estiver situada no Estado do Rio de Janeiro;
- 10.3.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos art. 29, V da Lei 8.666/93;
- 10.3.10. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos, conforme o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (ANEXO IV);

#### 10.4. Qualificação econômico-financeira

- 10.4.1. Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, caso não conste validade, elas valerão por 90 (noventa) dias a contar de sua emissão;
- 10.4.2. Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de certidões passadas pelo Cartório Único de Registro de Distribuição;
- 10.4.3. A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração do foro de sua sede, indicando os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas, caso não conste validade, elas valerão por 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

#### 10.5. Qualificação técnica

#### 10.5.1. DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E VISITA TÉCNICA

- 10.5.1.1. As licitantes deverão incluir em seu invólucro de habilitação o atestado de Visita Técnica, fornecido pela Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, comprovando que o interessado realizou a visita técnica, tomando conhecimento de todas as informações, do ambiente tecnológico, da estrutura física e humana e das demais condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, nos termos do inciso III do art. 30 da Lei n° 8.666/93.
- 10.5.1.2. A visita técnica deverá ser agendada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, indicando o nome do profissional que será designado para realizar a visita pela licitante.
- 10.5.1.3. A visita será realizada individualmente, em até 02 (dias) úteis antes da abertura das propostas.
- 10.5.1.4. Para realizar a visita técnica, a licitante interessada deverá apresentar credenciamento do representante, bem como, de documento válido de identificação, e apresentar-se pontualmente na data e horário previamente agendados, conforme item anterior, sob pena de se ver impedida de participar da Visita Técnica.
- 10.5.1.5. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante.
- 10.5.1.6. Os participantes da visita deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do local onde serão



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

- 10.5.1.7. A visita e inspeção prévia do local e cercanias têm por finalidade obter para a utilização e exclusiva responsabilidade do licitante, toda a informação necessária à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução da mesma, formas e condições de suprimentos e meios de acesso ao local.
- 10.5.1.8. Há a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por uma DECLARAÇÃO FORMAL, ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeira que venham a onerar a Administração. (SÚMULA 01 TCE/RJ)
- 10.6. As licitantes inscritas no Cadastro da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (CRC) poderão substituir os documentos listados em 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3, 10.2.4, 10.3.1, 10.3.2, pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC) devidamente atualizado;
- 10.6.1. Por CRC devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

#### 10.7. Observações

- 10.7.1. Os documentos relacionados dos subitens 10.3, caso não conste validade, valerão por 90 (noventa) dias a contar de sua emissão;
- 10.7.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, neste caso será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 10.7.3. A não regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

#### 11. DA PROPOSTA COMERCIAL

- 11.1. O envelope "B" deverá conter uma via da proposta comercial da licitante e da planilha de quantitativos e preços unitários, esses documentos são fornecidos à licitante sob a forma de ANEXO I do edital pela (o) Presidente da CPL;
- 11.2. A via do formulário da "PROPOSTA COMERCIAL" deverá ser preenchida, carimbada, datada e assinada pelo representante legal ou preposto legalmente estabelecido da empresa licitante, de acordo com as instruções contidas no próprio formulário;
- 11.3. A "PROPOSTA COMERCIAL", NÃO poderá ser apresentada em qualquer outro impresso que não seja o formulário fornecido pela CMCG, sob a forma do ANEXO I, conjuntamente com o **ANEXO I/I PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS**, deste edital;
- 11.4. O prazo de validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias a partir da entrega à CPL.

#### 12. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1. A entrega dos envelopes contendo os documentos e a proposta comercial das licitantes à C.P.L., dar-se-á no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste Edital;



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

12.2. Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta comercial não poderá haver troca, acréscimo ou esclarecimentos nos envelopes, ressalvado o disposto no parágrafo 3°, do artigo 48, da Lei Federal 8.666/93;

12.3. Os envelopes recebidos serão rubricados pelos membros que estiverem constituindo a C.P.L. e pelos representantes das licitantes presentes no certame.

#### 13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 13.1 O julgamento do certame compreenderá as fases: de habilitação, destinada ao exame da regularidade dos documentos apresentados pelas licitantes e da classificação das propostas comerciais com a seleção da proposta vencedora do certame;
- 13.2. O julgamento do certame será realizado em tantas sessões públicas quantas forem consideradas necessárias para o completo exame dos documentos e da propostas comerciais, sempre com a lavratura de ata circunstanciada, assinada pelos membros da C.P.L. e licitantes presentes na respectiva sessão;
- 13.3. Cada licitante poderá ser representado nos procedimentos licitatórios por representante legal ou preposto;
- 13.4. Na sessão de recepção dos envelopes, o representante legal da licitante deverá entregar à (ao) Presidente da C.P.L., prova de sua investidura ou, se for o caso de preposto, o documento de credenciamento, redigido conforme o modelo constante do ANEXO III, deste Convite, além de cópia do contrato social ou ata de assembleia da empresa que representa, comprovando os poderes do outorgante para delegar competência ao outorgado;
- 13.5. O (a) representante legal ou credenciado (a) da empresa interessada deverá exibir à (ao) Presidente da C.P.L. documento que comprove a sua identidade;
- 13.6. Abertos os envelopes, todos os documentos neles contidos deverão ser rubricados pelos membros da C.P.L. e representantes das licitantes presentes na sessão.

#### 14. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 14.1. A apreciação e o julgamento dos documentos apresentados pelas licitantes poderão ser efetuados na própria sessão de recepção dos envelopes ou, em sessões posteriores com data, local e hora a serem definidos pela C.P.L.; nesta hipótese, se todos os representantes das empresas estiverem presentes, serão comunicados, caso contrário, a comunicação será por publicação no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes;
- 14.2. Concluída a fase de habilitação e havendo manifestação das licitantes, renunciando ao direito de interposição de recursos, a C.P.L. poderá proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais;
- 14.3 Se houver interposição de recurso referente à habilitação, as propostas não serão abertas até seu julgamento. Após, as licitantes habilitadas serão convocadas por meio da imprensa oficial para a sessão de abertura dos envelopes das propostas comerciais.

#### 15. DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 15.1. Ao julgar as propostas comerciais, a C.P.L. classificará as licitantes habilitadas por ordem crescente de preço unitário ofertado, declarando vencedora da licitação a proponente que tiver cotado para o menor preço global do objeto;
- 15.2. No caso da primeira colocada ser empresa de pequeno ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:
- 15.2.1. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 15.2.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- 15.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 15.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 15.3.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 15.2.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 15.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 15.3.4. Na hipótese da não contratação de empresa de pequeno ou médio porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 15.3.5 O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

#### 15.4 Será desclassificada a licitante que:

- 15.4.1. Apresentar proposta comercial que não atenda aos requisitos deste edital;
- 15.4.2. Que proponha preço global superior ao estabelecido pela CMCG;
- 15.4.3. Que proponha preço global considerado manifestamente inexequível, nos termos do disposto no artigo 48, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal 8.666/93;

#### 15.5. Observações

- 15.5.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas comerciais, a classificação final farse-á, obrigatoriamente, por sorteio realizado pela C.P.L., em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas;
- 15.5.2. A CMCG poderá, a qualquer momento antecedente à assinatura do contrato, revogar esta Licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu procedimento;
- 15.5.3. O resultado do julgamento do certame, a anulação ou a revogação serão publicados no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes;
- 15.5.4 A data da assinatura da Ata ou da publicação do resultado da Licitação, conforme o caso constituirá o início do prazo recursal.

#### 16. DOS CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

- 16.1. O objeto licitado será adjudicado à licitante declarada vencedora do certame pela C.P.L., a qual celebrará contrato com a CMCG, nos termos da minuta constante do ANEXO II deste Convite;
- 16.2. Julgados os eventuais recursos interpostos ou decorridos o prazo legal de interposição, a C.P.L., após declarar a vencedora da Licitação, encaminhará o resultado para ser homologado pela autoridade competente da CMCG.

#### 17. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO

- 17.1. A CMCG, através da C.P.L., convocará a vencedora do certame para assinar o contrato após a publicação da homologação do resultado;
- 17.2. A convocação a que se refere o subitem 17.1 será feita por meio de ofício ou de e-mail, dirigido à licitante vencedora, que terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar-se a CMCG para a sua formalização.

Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 17.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
- 17.4. Se a licitante vencedora do certame, injustificadamente, não atender a convocação, recusando-se a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela CMCG, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante desistente à multa de 10% (dez) por cento sobre o valor total da sua proposta, nos termos das disposições dos art. 81 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo para as demais cominações aplicáveis;
- 17.5. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior serão convocadas as demais licitantes, por ordem de classificação, adjudicando-se o objeto desta Licitação àquela que concordar em executar o seu objeto nas mesmas condições e pelo mesmo preço da 1ª classificada, desistente.

#### 18. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

#### 18.1. Da contratante:

- 18.1.1. Receber o(s) bem(ns)/serviços no prazo e condições estabelecidas no edital;
- 18.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns)/serviços contratado(s);
- 18.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no(s) bem(ns)/serviços contratado(s), para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 18.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns)/serviços, no prazo e forma estabelecidos no edital;
- 18.1.6. Em relação à responsabilidade, a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 18.2. Da licitante:

- 18.2.1. Tomar conhecimento, antes da apresentação de sua proposta, das normas e diretrizes da CMCG, relacionadas com este edital, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades do local onde os serviços serão executados, e que deverão ser devidamente consideradas na composição de sua proposta comercial;
- 18.2.2. Ser responsável pela avaliação correta dos seus orçamentos, planejamento, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

#### 18.3. Da contratada:

- 18.3.1. Não subcontratar o objeto da presente licitação sem o consentimento prévio e por escrito da CMCG;
- 18.3.2. Promover a cobertura através de seguros dos riscos a que se julgar expostas referentes às responsabilidades na execução do objeto deste certame;
- 18.3.3. Cumprir todas as obrigações técnicas constantes das especificações estabelecidas no Anexo VI, deste edital;
- 18.3.4. Cumprir, rigorosamente, todas as obrigações contratuais, em especial os prazos totais e parciais pactuados;
- 18.3.5. Comunicar formalmente a CMCG, em até 24h (vinte e quatro horas) do ocorrido, qualquer evento motivador de paralisação da execução contratual;



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

18.3.6. Em relação à responsabilidade, a licitante responderá, solidariamente, pelos atos praticados pela(s) firma(s) subcontratada(s), relacionados com o objeto deste edital;

#### 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. No caso de descumprimento, no todo ou em parte, das condições deste edital ou do contrato a ser celebrado, a CMCG, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à adjudicatária contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e, em especial as seguintes sanções:
- 19.2. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da Lei Civil;
- 19.3. Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, nas demais hipóteses de inadimplência ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal;
- 19.4. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a CMCG rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis;
- 19.5. A aplicação de multas não elidirá o direito da CMCG, face ao descumprimento do pactuado, rescindir de pleno direito o contrato que vier a ser celebrado, independentemente de notificação ou interpelação judicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- 19.6. A execução dos serviços fora das especificações estabelecidas no Termo de Referência Anexo VI deste edital, também ocasionará a incidência das multas previstas neste item 19, pois, nesta situação a desconformidade de especificação equivalerá a não execução dos serviços.

#### 20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 20.1. Dos atos praticados relativos a esta licitação cabe recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da respectiva ata, no caso de:
- 20.1.1. Habilitação ou inabilitação da licitante;
- 20.1.2. Julgamento das propostas técnicas e comerciais;
- 20.1.3. Anulação ou revogação desta licitação;
- 20.1.4. Rescisão do contrato por ato unilateral da Administração;
- 20.1.5. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- 20.2. No caso específico da aplicação da pena de declaração de inidoneidade, esta somente poderá ser aplicada pelo Presidente, dela cabendo pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da publicação do ato na Imprensa Oficial do Município de Campos dos Goytacazes;
- 20.3. Os recursos previstos nos subitens "20.1.1" e "20.1.2" terão efeito suspensivo. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos subitens 20.1.3; 20.1.4 e 20.1.5;
- 20.4. O recurso será dirigido à autoridade superior que encaminhará ao Setor Jurídico para análise e apreciação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

#### 21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

- 21.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
- 21.1.1. Provisoriamente, pelo fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante simples recibo, assinado pelas partes, quando da entrega do objeto contratado;
- 21.1.2. Definitivamente, após verificação da qualidade do serviço do objeto licitado e consequentemente aceitação.

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES SETOR DE LICITAÇÃO Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582 Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### 22. DOS ANEXOS

- 22.1. Os documentos que compõem este edital são os seguintes:
- 22.1.1. Anexo I Proposta Comercial;
- 22.1.2. Anexo II Minuta de Contrato;
- 22.1.3. Anexo III Modelo de Carta de Credenciamento;
- 22.1.4. Anexo IV Declaração de que Cumpre as Leis Trabalhistas;
- 22.1.5 Anexo V Declaração ME ou EPP;
- 22.1.6 Anexo VI Termo de Referência.

#### 23. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 23.1. O esclarecimento de dúvidas sobre o presente edital poderá ser requerido por escrito à C.P.L. da CMCG, no horário das 09h às 17h, de segunda a sexta, por meio de requerimento protocolizado no Protocolo Geral da CMCG, até 24h (vinte e quatro horas) anteriores ao certame;
- 23.2. Os interessados não convidados poderão participar desta licitação desde que inscritos no Cadastro da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (CRC) e manifestem interesse junto a CPL, com antecedência de até 24h (vinte e quatro horas) do certame, conforme o art. 22, § 3° da Lei 8666/93, por meio de requerimento protocolizado no Protocolo Geral da CMCG;
- 23.3. A exibição do documento original à C.P.L. dispensa a autenticação de cópia em cartório; 23.4. Não será admitida a autenticação de documentos pela CPL na hora da abertura do certame ou posteriormente;
- 23.5. Durante as sessões da licitação, somente poderão se manifestar os membros da C.P.L. e um representante legal ou credenciado de cada licitante. Os demais presentes ao certame, somente poderão fazê-lo com a permissão da (o) Presidente da CPL;
- 23.6. O foro para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital é o da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

Campos dos Goytacazes, 14 de abril de 2023

Welington Alves Torraca

Diretor de Aquisições – Portaria 0004/2023

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES SETOR DE LICITAÇÃO Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582 Telefone: (22) 2101-6350 licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### ANEXO I - PROPOSTA COMERCIAL

	om combrene
Autenticação da Comissão Permanente de Licitação  Em, / /2023.  Rose Mary de Almeida Freire Presidente da C.P.L. da CMCG	CARIMBO DA FIRMA (Contendo a Razão Social, CNPJ e Inscrição Estadual).
1. DO OBJETO Proposta comercial que tem por objeto contra montagem, instalação, operação e desmontager para a Câmara Municipal de Campos dos Goy obra, materiais e a utilização de equipamento execução dos serviços, contidas no Convite de 1	n de sistema de sonorização de pequeno porte tacazes, a prestação de serviços inclui mão de s necessários e adequados à manutenção e à
2. DO PREÇO  2.1. Para o objeto do Convite de nº 0  22.2. O preço acima considera todas as exigên todos os custos com mão-de-obra, taxas, in despesas diretas e indiretas incidentes sobre o se	). ucias contidas no Convite nº 06/2023, e ainda apostos, seguros, encargos sociais e demais
3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO O prazo total para a execução de serviço objet publicação no Diário Oficial.	o desta proposta é 12 (doze) meses a partir da
<b>4. DA VALIDADE DA PROPOSTA</b> A validade dos preços e condições desta propestabelecida no Convite nº 06/2023 para a aberta proposta comercial das licitantes.	
<b>5. DO ANEXO DESTA PROPOSTA</b> Compõe esta proposta comercial, sob a forma unitários.	de anexo, a planilha de quantitativos e preços
Campos do	os Goytacazes, de de 2023
Assinatura do Representante I e carimbo d	



#### ANEXO I/I PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$				
01	Contratação de empresa especializada em locação, montagem, instalação, operação e desmontagem de sistema de sonorização de pequeno porte atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ e EMUGLE	60 DIÁRIAS						
	VALOR TOTAL R\$							
	O nosso preço global é de R\$:(	de		_de 2023.				
	e carimbo da licitante							



licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### **ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

CARTA CONVITE Nº 06/2023

	CONTRATO QUE EN CÂMARA MUNICIPAI GOYTACAZES E A EN	L DE CAMPO	S DOS
A CÂMARA MUNICIPAL DE Alberto Torres, n° 334, Campos dos doravante denominada, simplesm Ilustríssimo Presidente da Câmara M Bacellar, e a empresa doravante na, inscrita representada pelo Sr identidade n°, Órgão/2023, Modalidade Carta Co pela legislação aplicável à espécie, 1993 e Decreto Municipal n°. 136 150/98 de 10 de julho de 1998, no cas alterações posteriores introduzida celebração autorizada às fls o condições:	Goytacazes/RJ, inscrito no ente, CONTRATANTE, Junicipal de Campos dos Genominado simplesmente, no CNPJ/MF sob o no expedidor, em decorrênco envite, ajustam entre si o prem especial pela Lei Federa (97) com alterações introduz que não conflitarem com a las nos referidos diplomas le	portador do docuncia do resultado do resente contrato, que ra al no 8.666, de 21 de zidas pelo Decreto Megais. Este contrato tegais. Este contrato testa do resultado do resente contrato de perior de legislação federal e olegais. Este contrato testa do resultado do resente contrato testa de contrato de con	/0001-99, ado pelo s da Silva com sede neste ato nento de Edital no reger-se-á junho de Municipal bservadas eve a sua
CLÁUSULA PRIMEIRA  Este contrato tem por objeto a cont instalação, operação e desmontage Câmara Municipal de Campos dos materiais e a utilização de equipame dos serviços.  Parágrafo único. A prestação de comercial da contratada, datada de Edital nº/2023, na modalidad efeitos, a fazer parte integrante transcrição.	m de sistema de sonorizado Goytacazes, a prestação de entos necessários e adequado serviço deverá estar em ode de de Carta Convite e seus a	ção de pequeno porte e serviços inclui mão dos à manutenção e à conformidade com a e 2023, que juntamentanexos, passam para	te, para a o de obra, execução proposta te com o todos os
CLÁTICHI A CECUNDA			

#### CLAUSULA SEGUNDA

A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por servidor da contratante, formalmente designado, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

Parágrafo primeiro. A autoridade para resolver qualquer inconveniente fica reservada ao(s) fiscal(is) do Processo nº 088/2023 e em tudo o mais que se relacione com o objeto deste contrato, desde que não acarrete ônus para o contratante ou modificação do instrumento.

Parágrafo segundo. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contratante deverão ser solicitadas pela contratada à autoridade administrativa superior ao fiscal por meio de requerimento dirigido a Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal protocolizado no Protocolo Geral da CMCG.



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

**Parágrafo terceiro**. A contratada declara aceitar todos os métodos de inspeção adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados e esclarecimentos que forem solicitados e sejam necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

**Parágrafo quarto**. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada referente ao objeto do contrato. As implicações face ao contratante ou terceiros e a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual, não implica em corresponsabilidade do contratante ou de seus prepostos, devendo a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao contratante dos prejuízos apurados e imputados à falhas em suas atividades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A contratada será a única, integral e exclusiva responsável por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do contratante.

**Parágrafo primeiro**. A contratada é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias ou previdenciária, tais como: como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

**Parágrafo segundo**. A contratada obrigar-se-á a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

Parágrafo terceiro. Caberá ainda à contratada:

- I) Arcar com todas as despesas referentes aos serviços prestados do objeto deste contrato;
- II) Realizar os serviços nos locais e prazos indicados pela contratante;
- III) Responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) Responder exclusiva e integralmente, perante o contratante pelo fornecimento do objeto contratado:
- V) Substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações;
- VI) Atender aos pedidos fundamentados do contratante para substituir ou afastar quaisquer empregados;
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

#### CLÁUSULA QUARTA

A CMCG realizará o pagamento à contratada, desde que obedecidas às formalidades legais e contratuais;

**Parágrafo primeiro**. A contrapartida da contratante é assegurada pelo empenho (autorização orçamentária para o gasto) que após a liquidação gera autorização para pagar (ordem de pagamento), de acordo com o valor do contrato;

**Parágrafo segundo.** Para receber o pagamento, a contratada tem que apresentar faturas, assim como outros documentos pertinentes à realização do serviço até o 5° (quinto) dia útil do mês em que houver a entrega o objeto do edital no Setor de Aquisições;

**Parágrafo terceiro.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, CNPJ N°. 30.407.977/0001-99.

Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

**Parágrafo quarto.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o devido atesto da nota fiscal pelo agente fiscalizador da contratante, desde que não haja fator impeditivo a que a contratada tenha dado causa.

CLÁ	USULA QU	INTA						
A	presente	despesa,	no	valor	global	de	R\$	· <del></del> _
(			), (	correrá por	conta da d	lotação d	orçamentá	ria existente no
Progr	ramas e trab	alho P. T. 1	1.01.122	.0095.2724	.0000 e p	ela Nat	ureza de	Despesa N.D
3390	39, com cobe	rtura através	da Nota	Empenho r	nº de_		•	

#### CLÁUSULA SEXTA

O objeto desta licitação será executado conforme item 4.3 do Termo de Referência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

O prazo total para a execução do serviço contratado é de 12 (doze) meses.

Parágrafo único - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte a data do empenho.

#### CLÁUSULA OITAVA

Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, as penalidades são as previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais disposições legais e complementares vigentes, bem como no Decreto Municipal nº 016/2005 de 02 de fevereiro de 2005, e, em especial as seguintes sanções:

- a) multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da Lei Civil;
- b) multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do CONTRATO nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal, respeitados os limites da Lei Civil.

**Parágrafo primeiro**. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o contratante rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

**Parágrafo segundo.** A execução dos serviços fora das especificações originais, também ocasionará a incidência da multa prevista na alínea "b" do "caput" da cláusula nona, pois, nesta situação, a desconformidade de especificação equivalerá a não execução do serviço.

#### CLÁUSULA NONA

Este CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos casos e formas previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo primeiro** - No caso deste contrato vir a ser rescindido por dolo ou culpa da contratada, e tal fato provocar danos ao contratante, será promovida a responsabilidade da contratada, visando ao ressarcimento dos danos.

Parágrafo segundo. São casos de rescisão deste contrato:

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das cláusulas deste contrato;



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

II - O atraso injustificado da execução contratual, ou a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a contratante.

- III A cessão da posição contratual;
- IV O desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- V Razão de relevante interesse público determinado pela contratante;
- VI A supressão, por parte da contratante de itens do serviço que acarretem modificação de valor inicial deste contrato, superior a vinte e cinco por cento do seu valor original;
- VII A ocorrência de caso fortuito, impeditivo da execução do contrato;
- VIII Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- IX A dissolução da sociedade, falecimento da contratada, alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudiquem a execução do contrato;
- X a suspensão da execução contratual, por ordem escrita da contratante, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo motivo de força maior;
- XI Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela contratante, salvo motivo de força maior;
- XII A não liberação pelo contratante, de áreas ou locais ou objetos essenciais ao cumprimento das obrigações da contratada.

**Parágrafo terceiro**. Fica facultado à contratante, em não optando pela rescisão, aplicar as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, assegurado à prévia defesa.

**Parágrafo quarto**. De qualquer penalidade que venha a ser imposta à contratada caberá recurso, na forma da legislação aplicável e, pedido de reconsideração, ao contratante, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### CLAUSULA DÉCIMA

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- I Provisoriamente, pelo fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante simples recibo, assinado pelas partes, quando da entrega do objeto contratado, qual seja, operação e manutenção do sistema de informação no telão do Plenário da CMCG;
- II Definitivamente, após verificação da qualidade do serviço do objeto licitado e consequente aceitação.



licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O não exercício de direito previsto neste contrato, por qualquer das partes, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Obriga-se a contratante a mandar publicar no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes o extrato do presente contrato, às suas expensas, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura, para dar-lhe a devida eficácia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os casos omissos deste contrato serão resolvidos com base nas disposições das leis que o regem e na Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente CONTRATO, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

	Campos dos Goytacazes, de d	le 2023.
Contratante:		
	CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	-
Contratado:		
Tostomunhos		
restemumas		



Telefone: (22) 2101-6350

licitacae @ camanacampos vi con

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes Comissão Permanente de Licitação - C.P.L. Av. Alberto Torres, nº 334, Campos dos Goytacazes/RJ.

Ref: Convite nº 06/2023

**Prezados Senhores** 

Pelo presente documento, outorgo ao Sr(nome, qualificação e endereço)
portador da carteira de identidade nº, expedida pelo (a
, inscrito no CPF sob o n°, podere
para representar esta Empresa(razão social e endereço da licitante
CNPJ nº, na licitação referida em epígrafe, podendo praticar todos os
atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho desta outorgada, inclusive
prestar esclarecimentos, receber notificações, assinar contratos e manifestar-se quanto a sua
desistência de interpor recursos e de participar do certame
Atenciosamente,
(Nome e cargo do outorgante)

Observações: A Carta de Credenciamento deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada por representante legal que tenha poderes para constituir mandatário. A Carta de Credenciamento é o documento que comprova a representatividade legal do outorgado e deverá ser entregue pelo credenciado, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, juntamente com os envelopes de documentação, proposta técnica e proposta comercial da licitante.



#### ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS LEIS TRABALHISTAS

#### **DECLARAÇÃO** (Modelo)

**Ref.: Convite 06/2023** 

				_ (nome d	la emp	resa),
inscrita no CNPJ sob o nº		, por i	ntermédio do	seu(ua) r	eprese	ntante
legal o (a) Sr.(a)						,
portador(a) da carteira de	identidade	n°		e	do	CPF
n°, DECL	ARA, para f	ins do disp	osto no inci	so V do a	rt. 27 d	la Lei
nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a	acrescido pela	a Lei nº 9.8	$354$ , de $27 d\epsilon$	outubro o	de 1999	, que
não emprega menor de dezoito anos	s em trabalho	noturno, p	erigoso ou ii	nsalubre.		
Ressalva: emprega menor, a	partir de qua	torze anos	, na condiçac	de aprend	uz (	<i>,</i> .
		Em:	_de		de	2023.
Representante l	legal da empr	esa e carin	ıbo da licitar	nte		



#### ANEXO V – DECLARAÇÃO ME OU EPP

(Somente para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

#### **DECLARAÇÃO** (Modelo)

**Ref.: Convite 06/2023** 

(razão social do licitante) com Endereço	na
	nº
vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena	
submeter-se à aplicação das sanções definidas no art. 81 e seguintes da Lei nº. 8.666/93, p	
fazer uso dos benefícios concedidos pelo Estatuto das Microempresas e Empresas de Peque	eno
Porte, declarar que se enquadra nas condições do inciso I e II do Art. 3º da LC. nº 123/200	6 e
não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3°, § 4°, da referida da	Lei
Complementar.	
Em de de 20	23.
Representante legal da empresa e carimbo da licitante	



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições do artigo 6º, inciso IX e artigo 7º, inciso I e da Lei Federal 8.666/93 visa à abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em locação, montagem, instalação, operação e desmontagem de sistema de sonorização de pequeno porte, para a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.
- 1.2. A prestação de serviços inclui mão de obra, materiais e a utilização de equipamentos necessários e adequados à manutenção e à execução dos serviços.

#### 2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Aquisições da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilado em relatório, que visa subsidiar na definição do valor de referência, que norteará as decisões do procedimento licitatório e quanto à aceitabilidade das propostas de preços.

#### 3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. Após análise realizada pelo Setor de Superintendência, juntamente com o Setor de Aquisições, com base em informações sobre o mercado e o histórico de Contratos da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, identificou-se que existe a demanda de realização de pequenos eventos que acontecem fora da Plenária da Câmara, sendo apresentações, palestras, exposições e outras atividades. Estas costumam ser realizadas nas icônicas escadarias do Palácio Nilo Peçanha, sede deste legislativo, no Foyer, bem como nas dependências da EMUGLE.
- 3.2. Salientamos que o Órgão não dispõe dos serviços ora solicitados, os mesmos deverão ser entregues com a liberação do gestor técnico, todas as despesas de transporte de materiais, mão de obra, ferramentas, maquinários, equipamentos, montagem, desmontagem, leis sociais, instalações e acidentes com terceiros, correrão por conta exclusiva da empresa contratada, e estão contidos no preço orçado.
- 3.3. Não existe na Câmara Municipal equipamento e pessoal capacitado em seu quadro funcional para a realização do objeto demandado.
- 3.4. Para tanto, a Administração preocupou-se em realizar um procedimento aquisitivo com a melhor relação custo-benefício, mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade conforme normas citadas neste Termo de Referência.

#### 4. DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. A especificação técnica dos serviços a serem adquiridos não estabelecem características de marcas ou produtos específicos que possa restringir a competitividade do certame. Sendo as mencionadas utilizadas como referência de qualidade devido a especificidade do objetivo demandado.



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

4.2. A aquisição dos serviços seguirá as especificações técnicas abaixo relacionadas, bem como as demais demandas que virem a surgir no decorrer do possível contrato, conforme necessidade da Câmara de Vereadores e da Escola Municipal de Gestão do Legislativo:

Item	Descrição dos serviços	Quantidade de diárias.
01	Contratação de empresa especializada em locação, montagem, instalação, operação e desmontagem de sistema de sonorização de pequeno porte atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ e EMUGLE	60

#### Infraestrutura necessária:

- 8 (Oito) caixas de alta frequência Line Array com 01 falantes de 12" e 02 Drive (LS ÁUDIO, NEXO, FZ, ADASOM) ou similar com sistema fly e seus respectivos amplificadores;
- 4 (quatro) caixas sub graves com 02 falantes de 18" (LS ÁUDIO, NEXO, FZ, ADASOM) ou similar com sistema fly e seus respectivos amplificadores;
- 01 (uma) Mesa Digital (YAMAHA LS9, YAMAHA TF5, M32 BEHRINGER) ou similar;
- 01 (um) Crossover Digital (BSS, LAKE, DBX) ou similar.
- 01 (uma) Mesa Digital (YAMAHA LS9, YAMAHA TF5, M32 BEHRINGER) ou similar;
- 4 (quatro ) monitores com 02 falantes de 12" e um Drive cada;
- 01 (um) Amplificador de Contra-baixo com duas caixas passiva (GK 400, AMPEG, RACKIE SISTEW) ou similar;
- 01 Amplificadores de guitarra (FENDER, JAZZ CHORUS) ou similar;
- 01 (uma) corpo de bateria (PEARL, YAMAHA) ou similar com peles novas;
- 01 (um) sistema de fone (mínimo de 08 fones);
- 16 (dezesseis) Direct BOX ativos e passivos;
- 30 (trinta) pedestais para microfones articulado tipo girafa;
- 8 (oito) garras para microfones;
- 20 (vinte) microfones (SHURE, EV, AKG) ou similar;
- 02 (dois ) microfones sem fio (SHURE, AKG, SENNHEISER) ou similar;
- 01 (um) Multi cabo com 56 vias;
- Fiação completa para todo o sistema.

#### **4.3**. Do Local de execução dos serviços:

4.3.1. Os serviços serão executados nas dependências da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes e na Escola de Gestão do Legislativo - EMUGLE.

Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 4.4. Orientações relativas aos serviços técnicos que deverão ser seguidas pela contratada:
- 4.4.1. Os serviços deverão ser executados observando as técnicas adequadas recomendadas pelo fabricante dos materiais e equipamentos, que facilitem a operação, tão como a manutenção dos bens instalados;
- 4.4.2. A empresa CONTRATADA deverá possuir todas as ferramentas, instrumentos, e equipamentos de segurança no trabalho (EPI's) necessários à realização dos serviços;
- 4.4.3. Deverão ser seguidos todos os padrões técnicos necessários à execução dos serviços,

atendendo as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como serem obedecidas as Normas de Segurança no Trabalho principalmente aos equipamentos de proteção individual de seus funcionários;

4.4.4. A empresa CONTRATADA será responsável exclusiva e isoladamente pelas atividades

desenvolvidas por seus funcionários nos locais de execução das obras, bem como de viabilizar a segurança de seus funcionários nesses locais. Desonerando desde já a CONTRATANTE de qualquer obrigação trabalhista, sindical, estatutária ou qualquer outra que advenha dos serviços a serem prestados;

4.5. O serviço será iniciado com pelo menos 4h antes do início do evento, salvo casos específicos;

#### 5. DAS NORMAS APLICÁVEIS

- 5.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, em especial às dos órgãos e entidades abaixo:
- a) Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT
- b) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO
- c) Ministério da Saúde

#### 6. COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

6.1. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a instituição tenha desempenhado ou esteja desempenhando atividade pertinente e compatível em características e prazos com o serviço aqui pretendido, de forma compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência.

#### 7. DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E VISITA TÉCNICA.

- 7.1. As licitantes deverão incluir em seu invólucro de habilitação o atestado de Visita Técnica, fornecido pela Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, comprovando que o interessado realizou a visita técnica, tomando conhecimento de todas as informações, do ambiente tecnológico, da estrutura física e humana e das demais condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, nos termos do inciso III do art. 30 da Lei nº 8.666/93.
- 7.2. A visita técnica deverá ser agendada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, indicando o nome do profissional que será designado para realizar a visita pela licitante.



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 7.3. A visita será realizada individualmente, em até 02 (dias) úteis antes da abertura das propostas.
- 7.4. Para realizar a visita técnica, a licitante interessada deverá apresentar credenciamento do representante, bem como, de documento válido de identificação, e apresentar-se pontualmente na data e horário previamente agendados, conforme item anterior, sob pena de se ver impedida de participar da Visita Técnica.
- 7.5. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante.
- 7.6. Os participantes da visita deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.
- 7.7. A visita e inspeção prévia do local e cercanias têm por finalidade obter para a utilização e exclusiva responsabilidade do licitante, toda a informação necessária à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução da mesma, formas e condições de suprimentos e meios de acesso ao local.
- 7.8. Há a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por uma DECLARAÇÃO FORMAL, ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeira que venham a onerar a Administração. (SÚMULA 01 TCE/RJ)

#### 8. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE CONVITE

- 8.1. Os valores propostos na apuração dos orçamentos enquadram-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº. 8.666/93.
- 8.2. O julgamento das propostas será efetuado pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
- 8.3. A proposta apresentará preço expresso em Reais, com valores unitários, totais de cada item e total dos itens expressos em número, com apenas duas casas decimais e por extenso.
- 8.4. Deverão ser consideradas todas as despesas com mão de obra, materiais, tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente;

#### 9. DO PRAZO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.
- 9.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:
- 9.2.1. Provisoriamente, pelo servidor responsável, por meio de carimbo aposto no verso da Nota Fiscal, devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações exigidas no Termo de Referência e com a proposta vencedora.
- 9.2.2. Definitivamente, depois de verificada a conformidade do objeto com as especificações exigidas no Termo de Referência e com a proposta vencedora, bem como o atendimento pleno quanto à sua qualidade e quantidade e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório ou, em casos excepcionais, em até 90 (noventa) dias.

Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 9.2.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) bem(ns) fornecido(s) em desacordo com os termos do Termo de Referência.
- 9.2.4. Se no ato da entrega do(s) serviço(s) a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) bem(ns).

#### 10. DO VALOR ESTIMADO DO OBJETO

- 10.1. O valor do Objeto será estimado em *R\$ 155.902,35. (Cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e dois reais e trinta e cinco centavos).* Sendo esse a média dos valores apresentados na cotação, apurados conforme o orçamento detalhado, expressando a composição dos custos totais.
- 10.2. Os valores a serem pagos a contratada será de acordo com o quantitativo de diárias utilizadas.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. São obrigações da Contratante:
- 11.1.1. Receber o(s) bem(ns)/serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns)/serviços contratado(s);
- 11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no(s) bem(ns)/serviços contratado(s), para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns)/serviços, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual EPI, quando for o caso;
- 12.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.15. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 12.16. Executar todos os serviços conforme a legislação vigente e normas emitidas pelos órgãos técnicos, principalmente os previstos no Termo de Referência.

#### 13 DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

- 13.1. Todo conjunto de material fornecido pela CONTRATADA, bem como o serviço executado, objeto deste termo de referência, deverá ser de primeira linha e atender as normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 13.2. À CONTRATADA caberá fornecer todos os materiais de instalação necessários ao serviço do que propõe o objeto deste termo de referência, exceto quando explicitamente dispensados.



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

#### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 16. CONTROLE E REGIME DE EXECUÇÃO

- 16.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços contratados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 16.2. O recebimento de bens e serviços contratados de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 16.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.5. O regime a ser adotado é o de empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei 8666/93.

#### 17. DO PAGAMENTO

- 17.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação do documento fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 17.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto", pelos servidores competentes, na nota fiscal apresentada.
- 17.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

- 17.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.6. O pagamento será realizado conforme medição e autorização Setor responsável, mediante apresentação de Nota Fiscal e CNDs: Conjunta Federal, Estadual, Municipal, FGTS e outras que se façam necessárias.

#### 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Em caso da Contratada ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo, falhar ou fraudar na sua execução, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.
- 18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratante poderá aplicar a Contratada multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor contratado.
- 18.3. A contratada ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.
- 18.4. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### 19. DA SUSTENTABILIDADE

- 19.1. A contratada deverá adotar, sempre que possível, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução de serviços e no fornecimento de materiais de consumo, insumos para a CMCG:
- a. Utilizar produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental;
- b. Acondicionar os materiais em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- c. Respeitar as Normas Brasileiras NBR's publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre gestão de resíduos sólidos;
- d. Adotar práticas de logística reversa junto a seus clientes e fornecedores, de modo a potencializar o reaproveitamento de produtos, embalagens, equipamentos e outros insumos envolvidos no objeto da licitação/contratação;



Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582

Telefone: (22) 2101-6350

licitacao@camaracampos.rj.gov.br

e. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

#### 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Rubrica Orçamentária: 1.01.122.0095.2724.0000, Natureza de Despesa 33.90.39.

#### 21. ANEXOS

21.1. ANEXO I – PLANILHA ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO

Campos dos Goytacazes, 28 de fevereiro de 2023.

Welington Alves Torraca

Diretor de Aquisições

#### ANEXO I – PLANILHA ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO

	PLANILHA ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO									
ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	BANCO DE PREÇOS	UNIDADE.	PREÇO MEDIO UNITÁRIO	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL	
1	Contratação de empresa especializada em locação, montagem, instalação, operação e desmontagem de sistema de sonorização de pequeno porte, para a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.	R\$ 2.650,00	R\$ 2.590,00	R\$ 2.690,00	R\$ 2.463,49	DIAS	R\$ 2.598,37	60	R\$ 155.902,35	
									R\$ 155.902,35	